

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 374.430 - RJ (2013/0227188-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**REQUERENTE** : J A A S  
**ADVOGADOS** : AUGUSTO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA WERNECK  
MARTINS - RJ054288  
VANESSA CRISTINA GARCIA DE OLIVEIRA - RJ215497  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**INTERES.** : PADECON CONSTRUÇÕES LTDA  
**ADVOGADO** : RAPHAEL SCHETTINO DUARTE E OUTRO(S) - RJ105320

**DESPACHO**

Nada a prover com relação ao pedido formulado na petição de fls. 3.944/3.947e.

Com efeito, na decisão de fls. 3.782/3.790e, foi negado provimento ao Agravo em Recurso Especial, interposto pelo ora requerente. Opostos Embargos de Declaração, fora rejeitados pela decisão de fls. 3.889/3.892e, publicada em 27/10/2017. Em 31/10/2017, o requerente, ciente de tal decisão, requereu "sejam os autos remetidos ao E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para julgamento do Recurso Extraordinário" (fl. 3.898e).

Além disso, no acórdão de fls. 3.908/3.933e, a Segunda Turma do STJ apenas negou provimento ao Agravo Regimental interposto, em 01/12/2014, pela empresa corré.

Nesse contexto, não há falar em abertura de prazo para manifestação pelo requerente, pois já transitada em julgado a decisão que analisou o seu Agravo em Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
Relatora